

Nova Iguaçu frauda o Sistema Único de Saúde

Prefeitura cobrou por consultas médicas em seis postos fechados e num outro que não passa de um terreno baldio

Elaine Rodrigues e
Rubiana Peixoto

• A Secretaria de Saúde de Nova Iguaçu vai ter de devolver R\$ 60 mil de consultas fantasmas que cobrou do Sistema Único de Saúde (SUS) entre janeiro e maio deste ano. As consultas teriam sido dadas em sete postos de saúde municipais. Só que seis deles estão fechados. E o sétimo não passa de um terreno baldio. Além dos R\$ 60 mil, a secretaria corre o risco de ser obrigada a devolver outros R\$ 1,5 milhão se não provar atendimentos ambulatoriais que diz ter feito nos cinco primei-

ros meses do ano, apesar de não dispor de pessoal e equipamentos suficientes.

Essas irregularidades foram descobertas pela auditoria feita pela Secretaria estadual de Saúde nas contas do SUS de Nova Iguaçu. A auditoria, cujo relatório final será concluído hoje, foi aberta em 14 de maio, depois de denúncias feitas pelo Conselho Municipal de Saúde de Nova Iguaçu e pelas clínicas de hemodiálise conveniadas com o SUS.

Na prática, a auditoria significou uma intervenção do estado no sistema de saúde pública de Nova Iguaçu — que desde maio

não recebe verbas do SUS. Os prestadores de serviço estão recebendo diretamente da Secretaria estadual de Saúde.

Os auditores do estado, 18 no total, visitaram todas as unidades de saúde pública e analisaram os dados dos primeiros cinco meses do ano. As informações recolhidas foram cruzadas com as fichas de cadastros ambulatoriais — onde constava o tipo de serviço e a carga horária dos médicos e profissionais de saúde em cada unidade — enviadas em setembro de 1995 pela Secretaria municipal de Saúde. Com as visitas, explicou Rosângela Bello, subsecretária de

Planejamento da Secretaria estadual de Saúde, os auditores puderam verificar que serviços eram efetivamente prestados à população e, assim, redefinir a distribuição de verbas para Nova Iguaçu. Procurado pelo GLOBO, o atual secretário de Saúde, José Luis Valverde, não foi encontrado.

Os auditores do estado descobriram que, dos 61 postos da rede municipal, seis estão fechados — os minipostos da Escola Municipal Professor Márcio Caulino Soares, Carlos Sampaio, Geneciano, Parque Flora, Valverde, Vila de Cava — e o miniposto Bandeirantes não passa de um terreno

baldio. Apesar disso, a Secretaria de Saúde de Nova Iguaçu enviou boletins ao SUS cobrando por atendimentos ambulatoriais, dados nesses postos, num total de R\$ 60 mil de janeiro a maio.

As irregularidades detectadas se estendem a todas as unidades. No mesmo período — de janeiro a maio — o município cobrou ao SUS R\$ 1,5 milhão por consultas ambulatoriais que suas unidades não tinham capacidade para realizar. Foi constatado que só 12% das unidades de saúde pública tinham os prontuários médicos e que 23% apresentavam registros que não correspondiam aos ser-

viços prestados. Além disso, 31% tinham atendimento precário, com médicos em dias alternados.

Nova Iguaçu só voltará a receber verbas do SUS quando o atual secretário municipal de Saúde, José Luis Valverde, conseguir comprovar, através de documentos, o atendimento realizado em toda a rede pública.

Depois que a auditoria for concluída, a Secretaria estadual de Saúde vai entregar o relatório ao Ministério da Saúde, que deve enviá-lo ao Ministério Público para estudar a denúncia do caso e formalizar as acusações. ■